

## Análise dos procedimentos de difusão utilizados nos arquivos estaduais brasileiros

**Caroline Souza da Silva** Secretaria da Casa Civil do Rio Grande do Sul, RS, Brasil  
<https://orcid.org/0009-0005-4598-452X>  
caroline-souza@hotmail.com

**Roberta Pinto Medeiros** Universidade Federal do Rio Grande, RS, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0003-0012-7792>  
roberta.furg@gmail.com

**Andrea Gonçalves dos Santos** Universidade Federal do Rio Grande, RS, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0002-8166-2051>  
dea.goncalves.santos@gmail.com

**Resumo** Os arquivos estaduais brasileiros reúnem em seus acervos documentos produzidos e recebidos na realização das atividades da administração pública estadual. Tais conjuntos documentais são considerados documentos públicos, portanto devem ser disponibilizados para a sociedade. Por sua vez, a difusão é uma das funções arquivísticas, que envolve métodos capazes de divulgar o conteúdo dos acervos ao público. Sob essa perspectiva, a difusão arquivística deve ser considerada como primordial nas instituições que mantêm estes documentos públicos. Levando isto em consideração, esta pesquisa buscou analisar quais os procedimentos de difusão estão sendo executados pelos arquivos estaduais brasileiros, para tanto, inicialmente foi realizado o mapeamento das instituições estaduais existentes no país. Posteriormente, elaborou-se um instrumento de coleta de dados que foi utilizado um formulário, o qual possibilitou detectar quais ações e formas de difusão são implementadas por estas instituições. Como resultado pôde-se observar que, dentre as instituições que responderam ao formulário e as respostas analisadas, há sim diferentes atividades de difusão sendo realizadas, as ações mais utilizadas estão as ações de difusão cultural. Além disso, há planejamento para a implantação de outras ações futuras. De modo geral, é notória a preocupação das instituições estaduais para com seus usuários e a divulgação do acervo que custodiam.

**Palavras-chave** Acesso. Difusão arquivística. Arquivos estaduais.

## Analysis of the archival diffusion procedures used in Brazilian state archives

**Abstract** The Brazilian state archives gather in their collections documents produced and received in carrying out the activities of the state public administration. Such documentary sets are considered public documents, therefore they must be made available to society. In turn, diffusion is one of the archival functions, which involves methods capable of disseminating the content of collections to the public. From this perspective, archival dissemination must be considered essential in the institutions that maintain these public documents. Taking this into account, this research sought to analyze which diffusion procedures are being carried out by Brazilian state archives. Subsequently, a data collection instrument was developed using a form, which made it possible to detect which actions and forms of dissemination are implemented by these institutions. As a result, it could be observed that, among the institutions that responded to the form and the responses analyzed, there are indeed different diffusion activities being carried out, the most used actions are the cultural diffusion actions. In addition, there are plans for the implementation of other future actions. In general, the concern of state institutions towards their users and the diffusion of the collection they preserve is notorious.

**Keywords** Access. Archival diffusion. State archives.

## Análisis de los procedimientos de difusión utilizados en los archivos estatales brasileños

**Resumen** Los archivos estatales brasileños reúnen en sus fondos documentos producidos y recibidos en el desempeño de actividades de la administración pública estatal. Dichos conjuntos documentales tienen la consideración de documentos públicos, por lo que deben ponerse a disposición de la sociedad. A su

vez, la difusión es una de las funciones archivísticas, que involucra métodos capaces de difundir al público los contenidos de las colecciones. Desde esta perspectiva, la difusión archivística debe considerarse esencial en las instituciones que mantienen estos documentos públicos. Teniendo esto en cuenta, esta investigación buscó analizar qué procedimientos de difusión están llevando a cabo los archivos estatales brasileños. Para ello, inicialmente se realizó un mapeo de las instituciones estatales existentes en el país. Posteriormente, se desarrolló un instrumento de recolección de datos mediante un formulario, que permitió detectar qué acciones y formas de difusión implementan estas instituciones. Como resultado, se observó que, entre las instituciones que respondieron al formulario y las respuestas analizadas, se llevan a cabo diferentes actividades de difusión, las acciones más utilizadas son las acciones de difusión cultural. Además, existe planificación para la implementación de otras acciones futuras. En general, es notable la preocupación de las instituciones estatales hacia sus usuarios y la difusión de la colección que mantienen.

**Palabras clave** Acceso. Difusión archivística. Archivos estatales.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons  
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 31/07/2023

Aprovado em 11/04/2024

Publicado em 23/04/2024

## 1 INTRODUÇÃO

Os arquivos públicos estaduais possuem documentos de origem administrativa, produzidos e recebidos no exercício das funções dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Estes conjuntos documentais orgânicos representam importante fonte informacional para a sociedade. Em se tratando daqueles documentos que têm como destino o recolhimento aos arquivos permanentes, lhe são atribuídos os valores de histórico, probatório e informativo, como indicado na Lei nº 8.159/91, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Esses acervos constituem importantes fontes de informação, assim como que auxiliam na manutenção da história local.

Nesta linha de entendimento, é preciso que além de serem preservados, estes documentos tenham seu conteúdo disseminado para a sociedade. Em vista disso, é necessário que se dê atenção às funções expressadas na arquivística, como a produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão. Salienta-se a relevância desta última, que será o foco desta pesquisa, para o desenvolvimento das atividades nos arquivos permanentes e da sua aproximação com a sociedade. Salienta-se que a arquivologia como campo de conhecimento científico tem sua fundamentação teórica, epistemológica e prática que norteia os processos da gestão documental arquivística, que, por sua vez, é expressada nas funções arquivísticas.

Disponibilizar o material preservado nos acervos é parte imprescindível no trabalho do profissional da informação, trazendo sentido a todas as outras atividades realizadas nos arquivos. Somente com a elaboração de estratégias e o desenvolvimento de um trabalho arquivístico de gestão documental, com ênfase na preservação somado a elaboração de atividades de descrição e difusão é possível dar acesso aos acervos custodiados nesses espaços. Atuando na construção dos

saberes, das potencialidades dos mesmos, bem como, fortalecendo e disseminando o trabalho desenvolvido pela instituição arquivística.

Com isto em mente, este trabalho se propõe a averiguar como os arquivos estaduais brasileiros vem realizando as atividades de difusão de seus acervos. O problema da pesquisa foi definido de forma a sanar a seguinte questão: quais procedimentos de difusão são utilizados nos arquivos públicos estaduais brasileiros?

Como objetivo geral buscou-se analisar as ações de difusão realizadas nos arquivos públicos estaduais no Brasil. E dentre os objetivos específicos estão mapear os arquivos públicos estaduais existentes no Brasil; identificar quais arquivos públicos estaduais brasileiros desenvolvem ações de difusão; e analisar quais os tipos e formas de difusão são utilizados nos arquivos públicos.

Esta pesquisa justifica-se pelo fato de os acervos dos arquivos públicos estaduais constituírem-se de documentação orgânica oriunda da administração pública na execução de suas atividades. Como consequência, esses conjuntos documentais possuem grande potencial informacional, sendo capazes de servir para a pesquisa, contendo em si uma parcela da história daquela localidade documentada, logo seu conteúdo é de interesse social. Desse modo, as atividades de difusão são essenciais para a divulgação desses acervos de guarda permanente. Além do mais, o acesso à informação é um direito previsto na Constituição Federal (1988), e a Lei nº 8159/91 estabelece que é dever da Administração Pública fornecer acesso aos documentos públicos. Além de tudo, a Lei de Acesso à Informação 12.527/2011 garante o acesso às informações, independentemente da idade dos documentos.

Isto posto, a análise das ações de difusão que são desenvolvidas pelos arquivos públicos estaduais brasileiros se faz pertinente, e visa contribuir para que estas ações sejam mapeadas e a partir disso possam ser cada vez mais planejadas e desenvolvidas nas instituições, considerando-se como um espaço de fomento para acesso e reconstrução para a memória coletiva.

## **2 A DIFUSÃO ARQUIVÍSTICA COMO FERRAMENTA PARA OS ARQUIVOS ESTADUAIS**

Nesta seção são apresentados os conceitos de documento e documento de arquivo, bem como de difusão, os tipos de difusão apresentados por Bellotto (2004) e as formas de difusão como elementos norteadores para a elaboração deste trabalho.

### **2.1 Documento e documento de arquivo**

Desde as civilizações primitivas observam-se registros feitos pela humanidade afim de que informações fossem preservadas, partindo de pinturas rupestres que sinalizavam as atividades

cotidianas, até o advento da escrita, quando tais registros eram feitos visando garantir bens e direitos, tais atividades poderiam ser de ordem política, econômica, religiosa e pessoal (Paes, 2004).

A partir de então pode-se observar que “[...] os documentos passam a ocupar um importante espaço na sociedade, uma vez que garantiam o exercício do poder, a manutenção de direitos, assim como atuavam no registro da memória e promover sua utilização futura” (Rousseau; Couture, 1998, p. 32).

De forma resumida, os documentos são considerados unidades onde se registram informações independente do suporte ou formato que apresente (Brasil, 2005). Por sua vez, um documento considerado arquivístico é o resultado de alguma atividade de seu produtor, conseqüentemente, envolve o contexto sócio, econômico, político e cultural imbuídos na criação e efetivação do documento.

Desse modo, os documentos arquivísticos são oriundos de alguma atividade seja de pessoa ou entidade, cuja informação encontra-se registrada em algum tipo de suporte. Bellotto (2002) considera-se que estes documentos possuem cinco características: unicidade, cumulatividade, organicidade, imparcialidade e autenticidade. Outra autora da área que trata sobre as características dos documentos é Luciana Duranti (1994), a autora estabelece as seguintes: imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade.

Segundo Duranti (1994, p. 50), quanto à característica imparcial dos documentos refere-se que os mesmos “[...] são inerentemente verdadeiros [...]”, isso não significa que os registros nos documentos replicam os fatos e atos na sua totalidade, ou seja, representam uma parcela do que ocorreu levando em consideração o contexto da ação que gerou o documento e o ambiente que faz parte. Já a característica autenticidade “[...] está vinculada ao *continuum* da criação, manutenção e custódia.” (Ibidem, p. 51, grifo da autora). Essa tríade permite a comprovação dos procedimentos utilizados nos documentos garantindo-lhes as atividades registradas.

A terceira característica diz respeito à naturalidade dos documentos. Essa característica está diretamente ligada a acumulação natural dos documentos resultado das práticas burocráticas da administração. Por fim, a última característica defendida pela Duranti (1994) é a do inter-relacionamento, ou seja, “[...] os documentos estabelecem relações no decorrer dos andamento das transações e de acordo com suas necessidades.” (Ibidem, p. 51). Isto é, os documentos já nascem com uma relação entre si no momento em que são produzidos, pois refletem as atividades que os gerou.

Para esta pesquisa, levou-se em consideração as características dos documentos defendidas pela autora Bellotto (2002). A Unicidade é a característica que um documento arquivístico possui

por ser único no seu conjunto documental, pois o que deve ser considerado é seu contexto de produção. Na cumulatividade, os documentos são acumulados de maneira natural no desenvolvimento das atividades, de acordo com Bellotto (2002) ocasionando uma acumulação progressiva e orgânica.

A organicidade se estabelece com resultado da inter-relação do produtor com seus documentos acumulados. Por sua vez, a imparcialidade diz que os documentos representam as atividades de seus produtores, portanto, refletem de maneira fiel essas ações. A autenticidade é caracterizada por garantir que os documentos não tenham sofrido qualquer adulteração, ou seja, que mantêm a mesma forma desde sua criação, independentemente do seu conteúdo.

Além dessas cinco características, atrela-se aos documentos arquivísticos a teoria do ciclo de vida. Nessa teoria são estabelecidas as fases pelas quais os documentos de arquivo passam de acordo com seu uso, conseqüentemente, lhes atribuindo valores.

A teoria do ciclo de vida dos documentos tem suas raízes nas práticas de gestão de documentos e arquivamento, que se desenvolveu ao longo do século XX. A formalização dessa teoria começou a ganhar destaque especialmente a partir da segunda metade do século. A gestão de documentos tornou-se uma área de estudo e prática à medida que as organizações reconheceram a importância de gerenciar seus registros e documentos de forma eficiente. O aumento da burocracia, a necessidade de cumprir regulamentações legais e o reconhecimento do valor dos registros para a tomada de decisões contribuíram para o desenvolvimento desse estudo.

Portanto, a teoria do ciclo de vida dos documentos foi desenvolvida como um quadro conceitual para entender as diferentes fases pelas quais os documentos passam desde sua criação até sua destinação final. O objetivo é garantir que os documentos sejam gerenciados de maneira eficaz ao longo de todo o seu ciclo de vida.

Sendo assim, de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, o ciclo de vida representa “[...] sucessivas fases por que passam os documentos de um arquivo, de sua produção à guarda permanente ou eliminação.” (Brasil, 2005, p. 47).

Classificam-se de primeira idade os documentos que estão relacionados com a atividade que os gerou, são consultados com frequência por seus produtores, conforme destaca Bellotto (2004, p. 24) “[...] a primeira é a dos arquivos correntes, nos quais abrigam os documentos durante seu uso funcional, administrativo, jurídico; sua tramitação legal; sua utilização ligada às razões pelas quais foram criados”.

A segunda idade é constituída por documentos que são pouco consultados por seu produtor, e aguardam destinação final, também chamados de arquivos intermediários. Na terceira idade ou

arquivo permanente estão os documentos que passam a ter valor histórico, conseqüentemente, são mais e para a pesquisa.

O Arquivo Nacional (2005) define o arquivo permanente como “conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor também chamado de arquivo histórico” (Brasil, 2005, p. 34). A partir disso são atribuídos valores aos documentos, neste sentido Bernardes (1998, p. 19) defende que:

O valor primário relaciona-se às razões de sua própria produção, considerando seu uso para fins administrativos, legais e fiscais. O valor secundário diz respeito à potencialidade do documento como prova ou fonte de informação para a pesquisa.

Em suma, possuem valor primário os documentos de primeira e segunda idades, já o valor secundário refere-se ao valor que os documentos adquirem além de sua utilidade primária ou original. Enquanto o valor primário está relacionado à função imediata ou propósito para o qual um documento foi criado, o valor secundário destaca outras características ou aspectos que tornam o documento significativo.

## 2.2 Difusão arquivística

A difusão arquivística é uma das sete funções definidas por Rousseau e Couture (1998) dentre elas: aquisição, produção, avaliação, conservação, classificação, descrição e difusão. A aquisição é a forma pela qual os documentos chegam ao arquivo, no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística é definida como “entrada de documentos: ingresso de documentos no arquivo, seja por comodato, compra, custódia, doação, depósito, doação, empréstimo, legado, permuta, recolhimento, reintegração ou transferência.” (Brasil, 2005, p. 85). Conseqüentemente, “Em uma perspectiva arquivística emergente, a difusão é algo complexo que envolve uma série de fatores e áreas de estudo.” (Rockembach, 2015, p. 105).

Sobre a avaliação Bernardes (1998, p. 15) afirma que “[...] a avaliação deverá ser realizada no momento da produção, paralelamente ao trabalho de classificação, para evitar a acumulação desordenada, segundo critérios temáticos, numéricos ou cronológicos”. Na avaliação ocorre a definição dos prazos de guarda de documento e identificam-se os valores, ou seja, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos identifica segundo os usos e o conteúdo do documento, tendo por objetivo diminuir a massa documental, têm-se como resultado dessa atividade a tabela de temporalidade e destinação dos documentos.

Já a classificação arquivística é o processo pelo qual os documentos são agrupados de acordo com as funções que lhes deram origem, “análise e identificação do conteúdo de documentos, seleção da categoria de assunto sob a qual sejam recuperados podendo-se-lhes atribuir códigos.”

(Brasil, 2005, p. 49). O processo de classificação de documentos é uma parte crucial da gestão de documentos. Pois envolve a organização sistemática e a categorização dos documentos para facilitar a recuperação eficiente, o arquivamento adequado e a preservação a longo prazo.

A descrição arquivística é o procedimento pelo qual se busca representar o conteúdo dos acervos. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) descrição é “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para a elaboração de instrumentos de pesquisa.” (Brasil, 2005, p. 67).

A difusão arquivística é a função norteadora deste trabalho, esta pode ser classificada como um conjunto de ações que têm por objetivo tornar acessíveis ao público as informações existentes nos acervos. Em outras palavras, é o processo de divulgação do acervo de uma instituição.

Para Barbosa e Silva (2012, p. 46) “é por meio da difusão que se dá visibilidade às fontes, antecipando ao público a riqueza documental de um arquivo”.

Por intermédio da difusão utilizam-se estratégias para que os usuários conheçam as informações contidas nos acervos, assim podendo utilizar de seu conteúdo como fonte de informação e pesquisa, dando sentido para todo o trabalho nos arquivos.

Neste sentido, a difusão em arquivos consiste na busca de estratégias que visem a acessibilidade (facilitar o acesso, procurar vencer as barreiras tecnológicas e linguísticas), transparência (tornar público), atingir determinado público (através do marketing e demais ferramentas auxiliares), entender qual é o público (estudo de usuários e comportamento informacional), estudar as competências informacionais do público (literacia informacional / educação informacional, distinguindo-a da educação patrimonial), realizar a mediação (selecionar, filtrar, acrescentar qualidade informacional na recuperação de conteúdos), procurando uma maior proximidade dos usuários à informação contida nos acervos, por meio de vários canais de comunicação ou aqueles considerados mais adequados, considerando três vértices principais: os usuários, o conteúdo e a tecnologia. (Rockembach, 2015, p. 113)

Portanto, o processo de difusão em arquivos é uma atividade essencial nos acervos, especialmente de guarda permanente, pois estes documentos possuem valor histórico servindo como fonte de pesquisa, portanto promover seu acesso é de suma importância. Neste sentido Cabral (2012, p. 35-36) diz que:

Quando se pensa o arquivo como um espaço de difusão e ação cultural, pretende-se que sejam realizados não apenas eventos circunstanciais, mas implementado um programa sistemático visando aproximar o público em geral, com o intuito de dar acesso à informação e fomentar a criação de conhecimentos.

Por meio de ações de difusão busca-se conectar a sociedade aos arquivos, promovendo o acesso e consulta dos acervos e finalmente buscando atender as necessidades informacionais dos consulentes. Sob este aspecto Lopes pontua que “sobretudo, é primordial conceber que os arquivos só fazem sentido quando comunicados para o amplo público que os utiliza.” (Lopes, 2021, p. 10). Logo, “Torna-se necessário uma atenção a três elementos na difusão: o usuário da informação, o

conteúdo a ser difundido e o uso de tecnologias de informação e comunicação” (Rockembach, 2015, p. 105).

Desta forma, ações de difusão estão sendo cada vez mais implantadas nas instituições, os meios pelos quais a difusão pode ocorrer são diversos, nesta pesquisa se utilizará dos modelos de difusão abordados pela autora Bellotto (2004): editorial, cultural e educativa. A difusão arquivística refere-se à disseminação de informações contidas em documentos arquivísticos, visando torná-las acessíveis ao público ou a um grupo específico de usuários interessados. Essa difusão pode ocorrer de diferentes maneiras e em diferentes formas. A escolha entre os modelos de difusão e formas de difusão dependerá da natureza dos documentos arquivísticos, das políticas da instituição arquivística e das necessidades dos usuários. Por exemplo, documentos sensíveis podem estar sujeitos a restrições mais rigorosas, enquanto materiais de valor histórico podem estar expostos ao público em exposições ou disponibilizados on-line para pesquisas. Cada um deles será discutido a seguir.

### **2.2.1 Modelos de difusão arquivística**

Com relação aos modelos de difusão arquivística, a autora Bellotto (2004) apresenta três: difusão educativa, difusão editorial e difusão cultural.

A difusão educativa envolve ações voltadas entre o arquivo e a escola, visando criar uma ligação entre os estudantes e os arquivos. Conforme Bellotto (2004) essa aproximação entre arquivo e escola proporciona excelentes benefícios didáticos, tendo como resultado, muitas vezes, da publicação de manuais, por exemplo.

A difusão editorial refere-se às publicações que apresentam informações acerca dos acervos e das atividades desenvolvidas nos arquivos, essa difusão também é considerada como educativa. As publicações são um canal que conecta o arquivo com o exterior, uma vez que expõe não só o conteúdo dos acervos como também as atividades desempenhadas e por meio das publicações pode-se alcançar novos usuários (Bellotto, 2004).

A difusão cultural relaciona-se com ações voltadas a atividades utilizando-se de meios culturais e educativos como palestras, debates e promovendo concursos e exposições (Bellotto, 2004).

Para Cabral (2012, p. 36) “[...] já é trilhado por algumas instituições arquivísticas brasileiras, ao promoverem eventos como congressos, seminários, reuniões”. Utilizando-se de diversos tipos de atividades de difusão, as instituições visam aproximar o público de seu acervo, desse modo no item seguinte é apresentado algumas dessas formas de difusão.

### 2.2.2 Formas de difusão arquivística

Com o intuito de atingir o público, as formas de difusão mais utilizadas são: exposições, visitas guiadas, palestras, cursos, instrumentos de pesquisa, páginas na internet, entre outras atividades que aproximem o público dos arquivos.

Conforme explicado por Menezes (2012, p. 53):

Buscando alcançar esse propósito, os exemplos de formas de difusão mais comuns são cursos, elaboração de páginas na internet, exposições, folhetos informativos, mostras de pesquisa, palestras, periódicos, publicação de instrumentos e pesquisa (guias, catálogos, inventários, índices), visitas guiadas e visitas técnicas.

Em grande parte dessas atividades mencionadas a realização se dá de maneira presencial, onde o público vai até o arquivo e o observa de perto, instigando-os a conhecer mais. No entanto, outras formas de realizar a difusão vêm ganhando espaço, são as exercidas por meio da internet. Sob esse aspecto Alves et al. (2019, p. 164) apontam o seguinte:

Devemos ressaltar que as redes sociais vêm cada vez mais fazendo parte da vida das pessoas e instituições, de modo que o estreitamento de laços antes dificultados, tem na internet um elemento facilitador. A instituição que não se encontra presente na web acaba desperdiçando um enorme potencial para estabelecer contatos e divulgar informações.

De acordo com Wasserman e Faust (1994); Degenne e Forse (1999 apud Recuero, 2009, p. 24) “Uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais).” Como exemplos de redes sociais podemos citar: Facebook, Instagram, Pinterest. Outras ferramentas utilizadas por meio da internet são os e-mails, as páginas institucionais na web, e plataformas como YouTube.

Todas essas atividades são executadas com o intuito de garantir um direito fundamental do cidadão previsto na Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei 12.527/11, a Lei de Acesso à Informação, este tema é apresentado no próximo item.

### 2.3 Acesso à informação

O direito do cidadão em ter acesso às informações públicas constou inicialmente na Constituição Federal de 1988, a carta magna menciona em seu art. 5º § XXXIII, art. 37 § 3º II e art. 216 § 2º. Sendo estes:

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. (Brasil, 1988, n.p.)

Corroborando com a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 4º a Lei nº 8159/91 dispõe que:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujos sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. (Brasil, 1991, não paginado).

Ainda em se tratando de direito ao acesso à informação, a Lei nº 12.527/11 regulamentou os procedimentos a serem observados pela administração pública no momento de prestar informações. A aplicação desta lei relaciona-se em maior grau aos documentos de primeira e segunda idade, cujo valor administrativo ainda vigora, e ainda são considerados como fonte de pesquisa. Desta forma, as organizações públicas tiveram que se adaptar a esta nova legislação afim de garantir o direito fundamental dos usuários em ter acesso a informações públicas em todo o ciclo de vida dos documentos.

## 2.4 Usuários dos arquivos

O usuário caracteriza-se por realizar consultas nos arquivos, pessoa física ou jurídica, podendo ser chamada de pesquisador ou consulente. O Arquivo Nacional (2005) define usuário como “[...] pessoa física ou jurídica que consulta arquivos. Também chamada de consulente, leitor ou pesquisador.” (Brasil, 2005, p. 169).

Ao passo de que os arquivistas promovem a conexão entre usuários, se faz importante conhecer este público e realizar ações de difusão de acordo com suas necessidades informacionais.

Nesse sentido, é de responsabilidade do arquivista promover esta interlocução entre os usuários e a informação, propiciando que o arquivo seja um local atrativo para o público. Além disso, é importante que o arquivista entenda as necessidades do usuário para fornecer as informações desejadas de maneira eficiente, oferecendo uma experiência agradável para o pesquisador.

Para Jardim e Fonseca (2004, n.p.) “[...] um serviço de informação orientado ao usuário implica em se considerar o usuário e o impacto da informação sobre sua vida, inclusive fora dos espaços físicos dos serviços de informação”.

Dessa forma o estudo dos usuários na arquivologia se faz pertinente, por meio de metodologias capazes de identificar as necessidades dos pesquisadores. Uma vez que os arquivos

representam importantes fontes de informação não só para os pesquisadores, como também, para a sociedade em geral, e assim permitindo a preservação da memória.

A fim de assegurar a efetiva conexão entre informação e usuário, torna-se essencial que os arquivos empreendam esforços para difundir o conhecimento de seus acervos entre os potenciais usuários. Isso pode ser alcançado por meio da implementação de medidas relacionadas à difusão arquivística, por exemplo. Com isso em mente, a seção seguinte apresenta como a difusão arquivística nesses acervos pode contribuir para a preservação da memória coletiva.

## 2.5 Contexto de Estudo: os arquivos públicos estaduais

Os arquivos são entidades que mantêm sob sua guarda e preservam documentos produzidos ou recebidos por instituições públicas e/ou privadas, na esfera pública, o arquivo público é “[...] a entidade coletiva pública, independentemente de seu âmbito de ação e do sistema de governo do país, integrante da administração pública.” (Brasil, 2005, p. 35).

O Dicionário brasileiro de terminologia arquivística publicado pelo Arquivo Nacional (2005) define arquivo estadual da seguinte maneira “[...] mantido pela administração estadual, identificado como o principal agente da política arquivística nesse âmbito” (Brasil, 2005, p. 30).

Desse modo, os arquivos públicos estaduais são constituídos por conjuntos documentais provenientes da administração pública estadual, dos poderes executivo, legislativo e judiciário, podendo também possuir documentos de instituições de diferentes esferas que estejam relacionadas a administração pública.

Essa ligação entre os arquivos públicos e documentos do governo remetem à França do século XVIII, quando os depósitos das províncias que armazenavam documentos da administração pública foram subordinados ao arquivo central do estado (Fonseca, 2005).

Sob essa perspectiva, de guarda e preservação de documentos da administração pública foi criada a Lei nº 8.159/1991 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Conhecida como a lei dos arquivos, que traz em seu artigo 1º- “é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (Brasil, 1991, n.p.).

Definindo a responsabilidade sobre os documentos públicos “[...] administração da documentação pública ou de caráter público compete às instituições arquivísticas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais” (Brasil, 1991, não paginado).

Neste sentido, Ventura (2018, p. 54) afirma que esses arquivos são necessários à administração pública para a preservação e acesso aos documentos, mas também relevantes enquanto parte de um sistema democrático”. Ao reiterar sobre a importância dos arquivos, Ventura utiliza a abreviação APE, para designar arquivos públicos estaduais:

[...] Por meio das suas atividades, os APE contribuem no atendimento das necessidades tanto institucionais, quanto sociais. Essas instituições são responsáveis por fontes de informação pública que dizem respeito à sociedade, história, cultura e administração do país, sendo subsídio a diversas questões relacionadas a esses temas. (Ventura, 2018, p. 56)

A promoção de atividades de difusão nos arquivos estaduais brasileiros tem a capacidade de conectar o público com a informação, com a história, assim como com a cultura local, sendo importante fonte informacional.

## 4 METODOLOGIA

A metodologia é um elemento importante na construção de uma pesquisa, pois é por meio dela que se determinam os procedimentos a serem utilizados, bem como os instrumentos de coleta de dados. A partir da metodologia se examina, descreve, e avalia os métodos de coleta de dados e sua análise, buscando resolver questões relacionadas à investigação (Prodanov; Freitas, 2013).

### 4.1 Classificação da Pesquisa

Quanto à classificação da pesquisa, sob o ponto de vista da natureza, é classificada como básica, conforme Silva e Menezes (2001, p. 20) “[...] objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista”.

A abordagem do problema classifica-se como qualitativa, pois “[...] não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente” (Silva; Menezes, 2001, p. 20).

De acordo com os objetivos é descritiva pois conforme Gil (2002, p. 42) “[...] envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento”.

Conforme os procedimentos técnicos classificam-se como segundo o apresentado por Gil (2002, p. 43) um “[...] levantamento: quando a pesquisa envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”, desta maneira foi classificada a pesquisa de acordo com suas características.

O método científico utilizado será o indutivo, de acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 286) “[...] a indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de métodos particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, [...]”.

#### 4.2 Instrumento de coleta de dados

Quanto ao instrumento de coleta de dados, foi utilizado o questionário, com questões abertas e fechadas que permitem a realização da análise dos dados de maneira qualitativa e quantitativa, de acordo com o apresentado por Pádua (2016).

O questionário é um elemento que possibilita a coleta dos dados de forma objetiva, permitindo sua aplicação on-line, o que viabilizou a realização desta pesquisa, pois os arquivos consultados encontram-se em localidades distintas. Para tanto foi utilizada a plataforma de formulários *on-line*, *Google forms*.

Além os itens de identificação das instituições participantes, o questionário contou com 7 (sete) questões, dentre estas 2 (duas) abertas, e 5 (cinco) fechadas. Assim o questionário foi respondido pelos colaboradores dos arquivos.

Juntamente com os formulários foi enviado um texto apresentando a acadêmica bem como os objetivos da pesquisa que motivaram o envio do instrumento de pesquisa, também se fez pertinente o encaminhamento de um termo de livre e esclarecido e uma autorização para o uso e publicação das informações coletadas. Tal instrumento foi elaborado de maneira concisa afim de viabilizar seu preenchimento, mas também com todas as questões necessárias afim de arrecadar as informações que possibilitassem a realização da pesquisa, contendo sete questões.

#### 4.3 Etapas da Pesquisa

Com o objetivo realizar o levantamento de informações dos arquivos públicos estaduais que custodiam acervos, inicialmente foi realizada a consulta no site do Conselho Nacional de Arquivos. Foi buscado no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos, as instituições que possuem Código de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), a partir de então os dados como telefone e endereço de e-mail foram acessados.

Na busca realizada no site, foi possível identificar 23 instituições estaduais cadastradas, notou-se que a lista fornecida pelo CODEARQ estava desatualizada, já que em alguns Estados não foi possível observar um arquivo estadual presente no cadastro, foi necessário realizar a busca na web, afim de encontrar alguma informação sobre a existência destes arquivos. No entanto, houve casos em que os sites das instituições não foram localizados, nessa situação foi solicitado pelo portal

Fala.Br a informação sobre a existência do arquivo estadual, e se fosse o caso, seu contato. Dentre todos os estados pesquisados, por meio do portal Fala.Br, foi informado que o Estado do Tocantins não possui um arquivo estadual instituído. Não houve retorno de três instituições cujos cadastros não foram encontrados, nesses casos os formulários foram enviados para os endereços de e-mail apresentados nos sites dos governos estaduais (Amapá, Tocantins e Roraima).

Posteriormente, houve a necessidade de reenviar os questionários para algumas instituições, visto que após alguns dias ainda não haviam sido respondidos. Em algumas situações os e-mails com os formulários acabaram retornando, pois os endereços constantes no cadastro não estavam atualizados. Nestes casos tentou-se o contato telefônico sem sucesso.

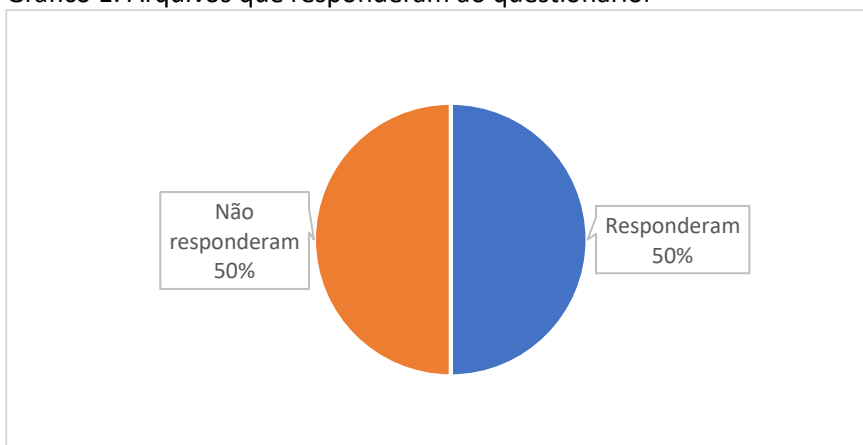
Após um período de espera que foi superior a 30 dias, foi realizada a análise dos dados que foram esmiuçados e tabulados, reunindo um total 13 instituições que responderam o referido instrumento. A análise destes dados é apresentada na seção seguinte.

## 5 ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS DE DIFUSÃO NOS ARQUIVOS ESTADUAIS BRASILEIROS

Os arquivos estaduais representam fonte de informação, uma vez que armazenam documentos oriundos da administração pública, refletindo as atividades das instituições que a compõe. Por outro lado, podem ser considerados também como lugares que integram a memória da sociedade na qual está inserido, dada a importância dos conjuntos documentais custodiados.

Visando obter-se um panorama das atividades de difusão arquivística realizadas por estas instituições, esta pesquisa foi promovida. Posto isto, finalmente, obteve-se o número de 26 formulários enviados, destes 13 tiveram resposta, conforme o apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Arquivos que responderam ao questionário.

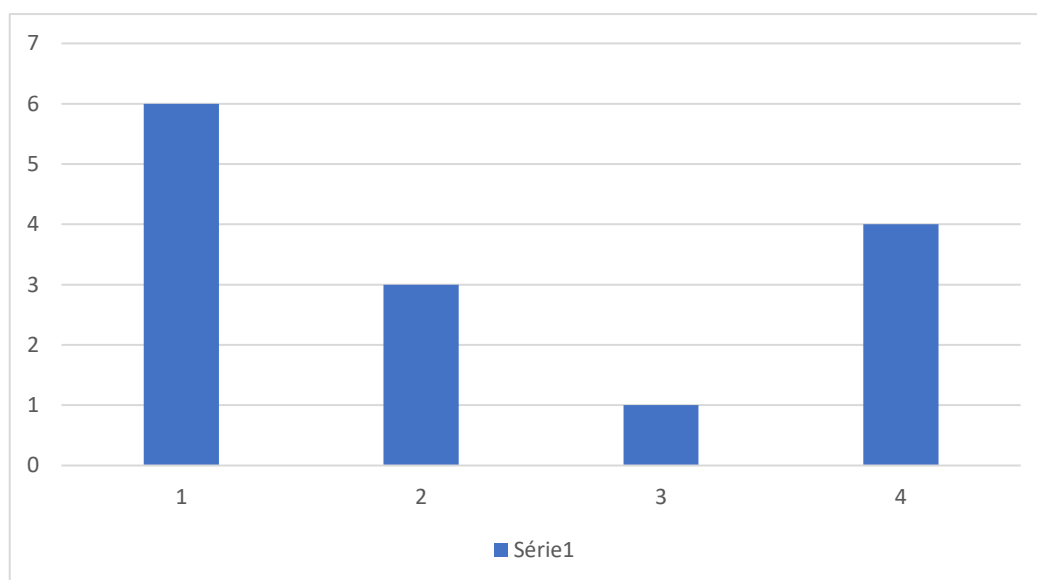


Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

As instituições que responderam ao formulário enviado participando desta pesquisa foram os seguintes estados: Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande no Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

A primeira pergunta questionava sobre a existência de arquivistas ou técnicos de arquivo<sup>1</sup> nas instituições, aqui observa-se a escassez de profissionais de arquivo atuando nestes arquivos, visto que seis (42,2%) instituições assinalaram ter entre seus colaboradores arquivistas, três (23,1%) delas contam com técnico de arquivo, uma (7,7%) possui ambos profissionais, e quatro (30,8%) disseram não terem a participação de nenhum desses profissionais em seus arquivos, conforme apresentado no Gráfico 2:

Gráfico 2: Existência de arquivistas e/ou técnicos de arquivo nas instituições.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Dado preocupante, visto a importância dos conjuntos documentais armazenados nesses espaços para a sociedade, estes documentos necessitam que o tratamento dispensado a eles seja aplicado por profissionais da área, uma vez que “[...] os arquivos representam instituições que se dedicam ao cuidado dos acervos documentais orgânicos, sendo responsáveis por questões de organização, preservação e difusão dos documentos e dos conteúdos informacionais intrínsecos e extrínsecos.” (Ventura, 2018, p. 53).

<sup>1</sup> Atualmente, o Brasil não possui a formação em técnico de arquivo. No entanto, a Lei 6.546/1978 que regulamenta as profissões de Arquivista e Técnico de Arquivo, e dá outras providências, estabelece as atribuições das referidas profissões. Para o presente trabalho, estabeleceu-se trazer no questionário as duas profissões, pensando-se na possibilidade de existência do cargo. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6546-4-julho-1978-366508-norma-pl.html>. Acesso em: 22 dez. 2023.

Com relação aos recursos humanos, cabe salientar que apesar de algumas entidades contarem com um número considerável de colaboradores, deve-se levar em consideração a população do Estado, assim como a data de sua criação, uma vez que estes fatores impactam diretamente no volume do acervo documental. Conforme o Quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Número de colaboradores nas instituições do *corpus* da pesquisa.

Arquivos Estaduais	Número de colaboradores
Espírito Santo	24
Maranhão	26
Mato Grosso	38
Minas Gerais	30
Pará	17
Paraná	23
Piauí	32
Rio de Janeiro	34
Rio Grande do Norte	6
Rio Grande do Sul	42
Santa Catarina	11
São Paulo	200
Sergipe	10

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Dessa forma, para a realização de todas as atividades que os arquivos demandam, é necessário um número considerável de colaboradores. No entanto, observa-se que não há um padrão no número de funcionários, como exemplo, o arquivo do Estado de São Paulo possui cerca de 200 colaboradores, porém outro Estado com uma grande população e que possui um arquivo estadual ativo como o do Rio de Janeiro, conta apenas com 34 colaboradores.

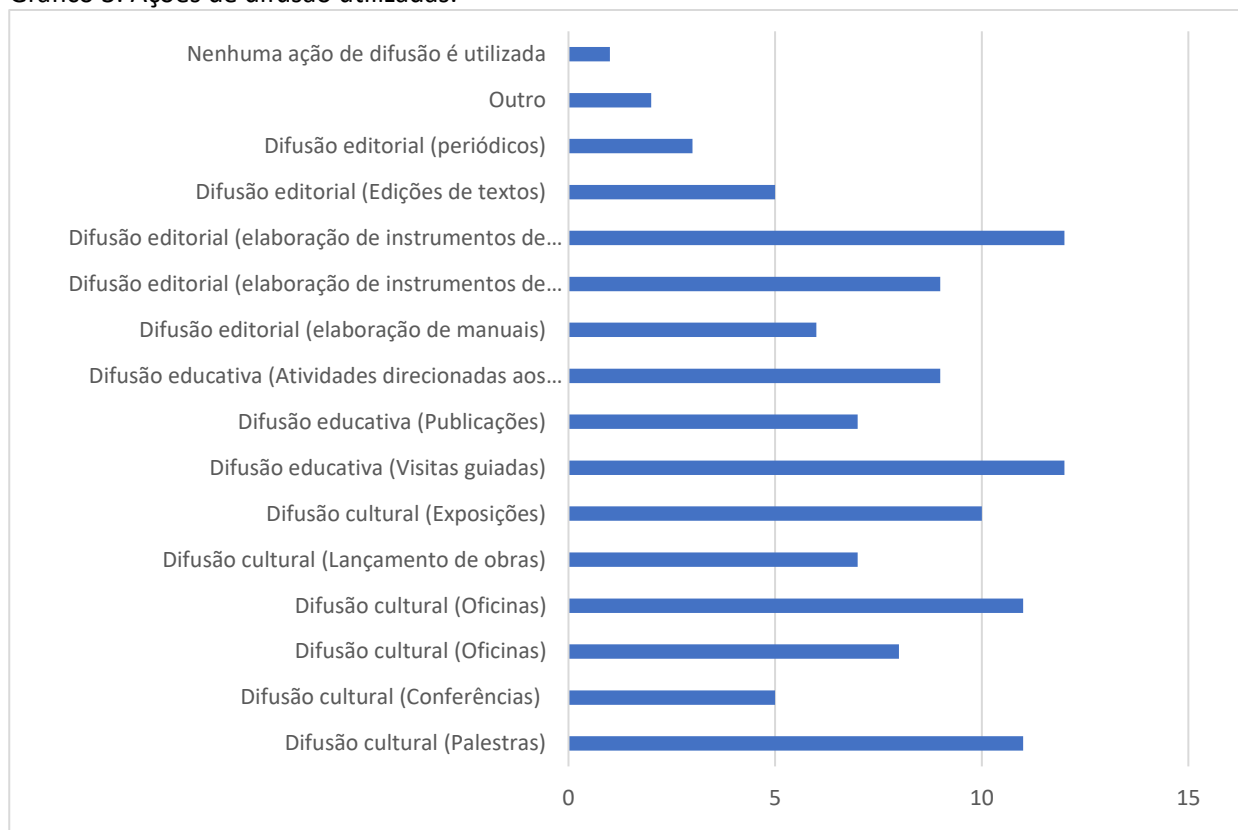
### 5.1 As ações de difusão realizadas nos arquivos estaduais

Ao questionar-se sobre quais as ações de difusão são realizadas, como resultado obteve-se que 11 (84,6%) instituições promovem a difusão cultural por meio de palestras, conforme o Gráfico 3.

Destaca-se a ampla utilização da difusão cultural por parte das instituições, corroborando com Menezes (2012, p. 53) “[...] os investimentos nestas atividades tendem a ampliar a forma de se comunicar com o público alvo, oportunizando um incremento e manutenção dos valores culturais da sociedade”.

A instituição do Rio Grande do Norte não realiza nenhuma ação de difusão, aspecto negativo uma vez que a difusão é uma das funções arquivísticas fundamentais para que se forneça o acesso à informação, promovendo a divulgação da instituição, das atividades arquivísticas e do acervo documental (Menezes, 2012). O arquivo se mantém praticamente na mesma situação que em 2014 com relação às ações de difusão.

Gráfico 3: Ações de difusão utilizadas.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

A partir das opções de respostas visualizadas pelo Gráfico 3, fica evidente o que a divisão dos modelos de difusão defendidos pela autora Bellotto (2004) se entrelaçam ou são muito tênues. Pois se analisarmos a difusão editorial (periódicos) e difusão educativa (publicações), a diferença entre esses dois modelos (categorias) é muito tênue. Portanto, a partir dos resultados desta pesquisa, entende-se que há uma necessidade de maior definição do que seriam os modelos de difusão utilizados amplamente pela área. Dentre as opções utilizadas no questionário referente às ações de difusão educativa destaca-se que a maioria das instituições optam em realizar visitas guiadas, o que contribui de maneira efetiva para a aproximação do público com o conteúdo dos acervos.

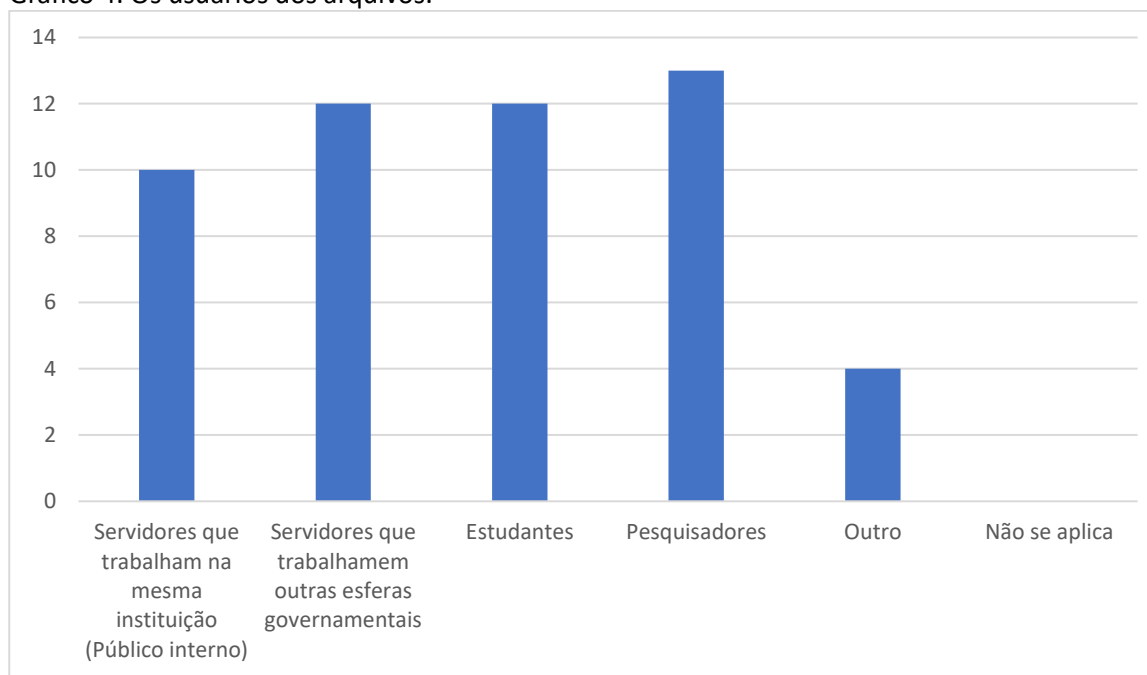
Uma vez que a difusão educativa promove a integração entre escola e arquivo e possui resultados positivos pois “[...] a abertura dos arquivos a um novo público – o escolar, o dos alunos

de ensino fundamental e médio – pode propiciar benefícios didáticos surpreendentes (Bellotto, 2004, p. 230).

Em um comparativo com as principais atividades culturais e educativas apresentado por Santos e Borges (2014), as ações educativas mais utilizadas continuam sendo visitas guiadas. Entretanto, as ações de difusão cultural mais realizadas em 2014 eram exposições, atualmente as mais utilizadas são igualmente palestras e oficinas. Sob o mesmo número (92,3%) aplicam-se as ações de difusão editorial por meio de elaboração de instrumentos de pesquisa como guias, inventários, catálogos, etc.

Ao ser questionado sobre os usuários, 100% das instituições que responderam ao formulário assinalaram ter dentre seus consulentes pesquisadores. Já 76% atendem também servidores da mesma instituição. Dentre o público, também foram mencionados estudantes (92,3%) e servidores de outras instituições (92,3%), conforme o Gráfico 4, a seguir.

Gráfico 4: Os usuários dos arquivos.



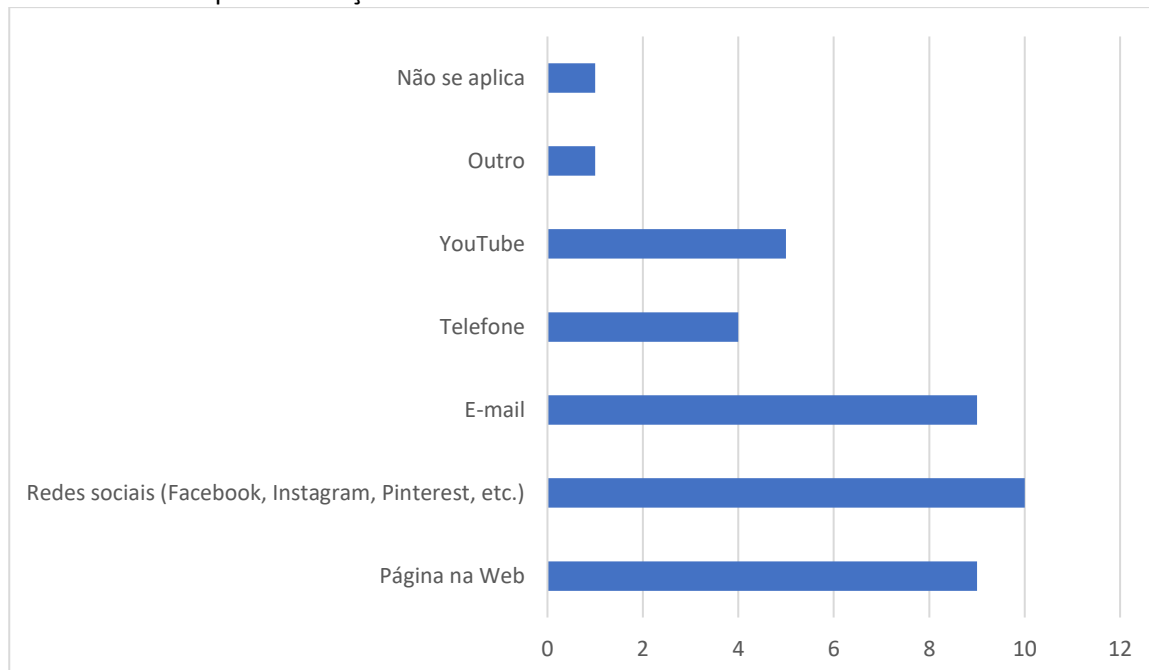
Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Salienta-se que conhecer o usuário afim de promover o acesso de forma que atenda suas necessidades informacionais é importante na difusão arquivística, como afirmam Vaz e Araújo (2015, p. 7) "[...] que há muito tempo os profissionais de arquivos e pesquisadores da área vêm chamando a atenção para a necessidade de se reconhecer o usuário como fator primordial em todo o processo da gestão documental”.

Atender aos usuários é primordial para se considerar efetivas as atividades de difusão, mas não se trata apenas de atrair e acolher as demandas do público externo, como observou-se nos dados coletados, os servidores que atuam nessas instituições e os oriundos de outras esferas governamentais constituem um número elevado de pessoas que utilizam os arquivos.

Na quinta questão buscou-se saber quais os meios utilizados para a realização das atividades de difusão, obteve-se as seguintes respostas (Gráfico 5):

Gráfico 5: Canais para realização da difusão.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Aqui destaca-se que a grande maioria, ou seja, dez (76,9%) das instituições utilizam as redes sociais para difusão de seu acervo.

No entanto, o ideal seria que este número contemplasse um resultado maior de instituições, pois incluiria um maior número de usuários e podem alcançar um público maior e diverso para os arquivos, assim como sua utilização envolve baixo custo. E em menor número têm-se como meio de divulgação Websites, e-mail, telefone e YouTube, estas ferramentas também deveriam ser amplamente utilizadas, uma vez que igualmente têm a capacidade de atingir públicos maiores.

Por fim, buscou-se saber se há alguma atividade de difusão sendo planejada, oito instituições afirmaram que sim, e outras cinco não possuem planos para essas ações.

Dentre aquelas que estão planejando atividades, envolvem publicações de revistas e livros, disponibilização de documentos digitalizados em sites para pesquisa no acervo, apresentação do

arquivo junto aos cursos de graduação e pós-graduação, expansão de programas em parcerias com escolas afim de aproximar os arquivos dos estudantes e utilização das redes sociais.

Todas essas atividades que estão sendo planejadas demonstram que os profissionais dos arquivos estão buscando efetivamente promover seus acervos por meio de ações diversas. Desse modo é possível vislumbrar que a relação do público com os acervos seja cada mais estreita, com a atuação dos arquivistas e como resultado a população pode usufruir do conteúdo presente nos arquivos.

## 6 CONCLUSÕES

Inicialmente, é válido ressaltar as dificuldades em se ter acesso aos arquivos públicos estaduais de forma remota, pois em alguns casos, tanto no website do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), quanto nos sites de busca apresentaram endereços e e-mails desatualizados, o que acabou inviabilizando o envio dos formulários em um primeiro momento. Esta situação merece ser reparada, pois isto pode acarretar em desistência por parte do público em realizar uma pesquisa, por exemplo, ou como no caso deste estudo, prejudicar o acesso às informações desejadas.

O problema da pesquisa foi definido de forma a responder a seguinte questão: quais procedimentos de difusão são utilizados nos arquivos públicos estaduais brasileiros? Após a análise dos dados coletados durante a pesquisa foi possível conhecer as atividades que são realizadas nestes arquivos. Da mesma forma foi alcançado o objetivo geral da pesquisa que propôs analisar quais ações de difusão são realizadas nos arquivos públicos estaduais brasileiros.

Os objetivos específicos também foram contemplados, uma vez que foi almejado mapear quais os arquivos estaduais existentes no Brasil, a pesquisa atingiu este objetivo pois foi realizado o mapeamento de grande parte das instituições arquivísticas estaduais brasileiras. Como segundo objetivo específico se pretendia identificar quais arquivos públicos estaduais brasileiros que desenvolvem ações de difusão, como apresentado na seção 5 este objetivo foi alcançado e pode-se conhecer quais arquivos realizam atividades de divulgação de seus acervos.

Como último objetivo específico se propôs averiguar quais modelos e formas de difusão são utilizados nos arquivos públicos estaduais, por meio do instrumento de coleta de dados aplicado foi possível identificar e verificar quais tipos e formas são implantados, conforme Gráfico 3 da seção 5.

Aliado a isto, foi possível identificar quais usuários utilizam os serviços destas instituições e também identificar quais atividades de difusão são planejadas.

Portanto, esta pesquisa evidenciou que de modo geral os profissionais dos arquivos estaduais buscam entre seus acervos e o público, por meio das ações difusoras que elaboram. Pode-se concluir que o resultado desta pesquisa foi satisfatório ao passo que foi constatada a preocupação das instituições arquivísticas em gerar instrumentos afim de conectar a sociedade com seus arquivos, cumprindo assim seu papel social.

Há ainda as instituições que não responderam aos formulários, deixando de participar da pesquisa, entretanto, o fator preocupante desses casos, é o do acesso a estas instituições parecer limitado, uma vez que não se obteve nenhum retorno destas.

Dentre as instituições analisadas, uma destas apontou não realizar nenhuma ação de difusão, um ponto preocupante, pois como já foi dito, é por meio de ações de difusão que o grande público tem acesso aos acervos, dando uma das razões para se manter os documentos preservados nesses locais. É sabido que em muitas das vezes a falta de recursos inviabiliza em muito o trabalho nos arquivos, no entanto, cabe aos arquivistas e as associações destes, buscar que os arquivos tenham visibilidade, assim como cumpra com seu papel social.

De modo geral, considera-se positiva a maneira como a difusão arquivística vem ocorrendo nos arquivos estaduais brasileiros, desta forma estes conjuntos documentais preservados nessas instituições e que guardam em si indícios históricos registrados de modo que estão sendo disponibilizados à sociedade, atendendo assim a função social dos arquivos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Carolina Gonçalves; et al. O uso das redes sociais na difusão do acervo da FGV CPDOC: perspectivas e desafios. *In: SEMINÁRIO DE SABERES ARQUIVÍSTICOS INTERNACIONAL*, 9, 2019. **Anais [...]**. Coimbra, 06 a 09 de março de 2019. Campina Grande: UEPB, 2019, p. 161-169

BALBINO, Gisele Milano Santiago; VENÂNCIO, Renato Pinto. Políticas Culturais e Arquivos Públicos: o caso da Lei Rouanet. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 30, n. 60, p. 57-74, jan./jun., 2020.

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver; SILVA, Haike Roselene Kleber da. Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Revista Acervo**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 45–66, 2012.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística: objeto, princípio e rumos**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes**. Rio de Janeiro: FGV, 2 ed. 2004.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como Avaliar Documentos de Arquivo**. São Paulo: Divisão de Arquivo do Estado, 1998.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.159. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados**. Brasília: DF, 1991. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8159&ano=1991&ato=2a0UTW65UMFpWTf81>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.527. Regula o acesso à informações**. Brasília: DF, 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario\\_de\\_terminologia\\_arquivistica.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf). Acesso em: 30 nov. 2022.

CABRAL Rosimere Mendes. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. **Revista Acervo**, v. 25, n. 1, p. 35-44, 2012.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. Tradução: Adelina Novaes e Cruz. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, jan./jun., 1994. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1976/2164>. Acesso em: 15 nov. 2022.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 5, out., 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/5671>. Acesso em: 15 nov. 2022.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, Bianca da Costa Maia. **Difusão de acervos arquivísticos**. O conceito de user experience no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2021. (Prêmio Nacional de Arquivologia Maria Odila Fonseca, 3). Disponível em: [https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/publicacoes/difusao-de-acervos-arquivisticos\\_bianca-lobes.pdf](https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/publicacoes/difusao-de-acervos-arquivisticos_bianca-lobes.pdf). Acesso em: 15 nov. 2022.

MENEZES, Priscila Lopes. O processo de difusão desenvolvidos pelos arquivos estaduais da Região Sul do Brasil. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 6, n. 3, p. 47-71, dez., 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/6164>. Acesso em: 20 nov. 2022.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa: Abordagem teórico-prática**. 18 ed. São Paulo: Papirus, 2016.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 13 out. 2022.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, v. 4, n. 1, p. 98-118, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41739>. Acesso em: 22 dez. 2023.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Keyla; BORGES, Jussara. Difusão cultural e educativa nos arquivos públicos dos estados brasileiros. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 24, n. 49, p. 311-342, 2014. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/504>. Acesso em: 29 jan. 2023.

SILVA, Edna Lucia da. MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e elaboração de dissertação**. 3 ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

VAZ, Gláucia Aparecida.; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A importância dos estudos de usuários na formação do arquivista. **Informação Arquivística**, v. 4, n. 2, p. 3-21, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/41831>. Acesso em: 18 jul. 2022.

VENTURA, Renata. **A atuação dos arquivos públicos estaduais do Brasil nas atividades de representação da informação para atendimento da lei de acesso à informação**. 347 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2018.

## NOTAS DE AUTORIA

### Caroline Souza da Silva

Arquivista na Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG (2021), participou como estudante no grupo de pesquisa Arquivologia e Memória: documentos e identidade, da FURG. Especialista em Arquivos Permanentes – FURG (2023).

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/3845153153632461>.

### **Roberta Pinto Medeiros**

Professora Adjunta do curso de Arquivologia no Instituto de Ciências Humanas e da Informação, da Universidade Federal do Rio Grande - FURG (2011 – atual). Possui graduação em Arquivologia pela UFRGS (2010). Especialização em Gestão em Arquivos pela UFSM (2012). Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPel (2015). Doutora em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio (2020). Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Registros Visuais e Sonoros: Arquivo e Memória da Unirio. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq - Arquivologia e Memória: documentos e identidade. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Arquivologia, atuando principalmente nos seguintes temas: memória, identidade, arquivos, movimentos sociais e fotografia.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/4231965504706994>.

### **Andrea Gonçalves dos Santos**

Arquivista da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Doutoranda em Educação - UFPel. Mestra em Patrimônio Cultural - PPGPPC/UFSM (2012). Especialista em Gestão em Arquivos - UAB/UFSM (2009). Possui graduação em Arquivologia - UFSM (2007) e Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis - UFPel (2018). Professora substituta do Curso de Arquivologia da FURG (2020-2022). Membro dos Grupos de Pesquisa do CNPq: Arquivos, Documentos e Registros Visuais: Arquivologia e Memória - AMDI/FURG e Centro de Estudos e Investigações em História da Educação CEIHE/UFPel. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Arquivologia e na Conservação/Restauração, atuando principalmente nos seguintes temas: acesso, arquivística, arquivo universitário, arranjo, conservação, descrição, difusão, gestão de risco, gestão documental, preservação, restauração.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/2380405213323330>.